

ATA DA 6º REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, às nove horas e trinta minutos, no auditório do Goiana Previ, localizado a rua cinco de maio, município de Goiana, estado de Pernambuco. Foi realizada a sexta reunião ordinária do conselho deliberativo da reserva extrativista Acau-Goiana, presidida pela servidora do ICMBio e gestora da Resex, Sr^a. Marisol Menezes Pessanha. A reunião deu início com as boas vindas da presidente do conselho e fez a leitura da pauta: Leitura da ATA da 5ª Reunião Ordinária do Conselho; Apresentação das ações realizadas do GT do Plano de Manejo da RESEX; Apresentação dos projetos que estão sendo desenvolvidos na RESEX; Substituição de Conselheiros; Definição da Agenda de apresentação das instituições membros do Conselho da RESEX; Outros informes; e passou a palavra para a leitura da Ata ao secretário executivo do Conselho, Jorge Ricardo, representante do Comitê de Bacia do Rio Goiana. A Ata foi aprovada sem ressalvas, seguindo para o próximo ponto de pauta. Apresentação das reuniões do GT do Plano de Manejo da Resex, declarou que foi feita no ano passado no dia 19 de novembro a primeira reunião do GT DE PLANO DE MANEJO que foi uma explanação do analista Arlindo Cruz do ICMBIO. Que falou sobre o que seria o plano de manejo e para que serve e depois foi feita uma outra reunião em janeiro no dia 14 e que estamos ainda num impasse pois o Governo do Estado de Pernambuco acenou com recurso para o plano mas como é um órgão público e o ICMBio também é um órgão público não poderíam administrar diretamente o recurso, tendo todo um histórico de dificuldades que já foi aqui explanado. Afirmou que após este momento de duvidas acabou por entender como fazer de fato e foi encaminhado para os membros do GT um TDR que é um termo de referência que foi enviado também para o grupo do CPRH que trabalha com editais para que façam as análises e contribuições que forem necessárias e para o Sr. Felipe Mendonça que é o representante do ICMBIO em Brasília indicado para acompanhar o Plano de Manejo da RESEX. Informou que atualmente temos o edital escrito e sendo analisado na procuradoria do CPRH acreditando que ele contempla bem o que foi demandado das necessidades da RESEX informando também que está aguardando a chamada publica a ser feita pelo Governo de Pernambuco. Finalizou afirmando que no primeiro momento não se pretendia contratar uma consultoria pois dentro do conselho existem instituições com expertise, com condições de ajudar.



Só que devido a dificuldade da obtenção do recurso, não tendo como manejá-lo optou se pela contratação de uma instituição e que esta instituição que por ventura venha a ganhar o edital, e isto ficou bem amarrado no TDR, venha a trabalhar juntamente com o conselho o GT e as instituições que fazem parte do conselho na construção do Plano de Manejo, então, declarou ela, acredito ter sido o melhor caminho. Temos em Pernambuco várias instituições que trabalham nesta área já trabalhando com Plano de Manejo e isto ficou bem claro no TDR, uma instituição de comprovada experiência na área, de pelo menos cinco anos. Monica Rocha representante da CAIG solicitou o envio por email do TDR para conhecimento dos demais membros, no que a presidente do conselho concordou e afirmou que vai enviar. Declarando que no primeiro momento havia enviado para os membros do GT. Elivan Arantes, analista da RESEX informou que o TDR enviado é uma minuta, deixa claro que a empresa contratada vai trabalhar dentro da perspectiva do GT e do que o conselho estabeleceu quanto ao Plano de Manejo. Laurineide Maria Santana, representante da CPP indaga se ainda a possibilidade de interferência no TDR, ressaltando que o prazo para conclusão do Plano de Manejo de um ano é muito curto. Marisol Pessanha confirma a possibilidade, declarando que tem muitos pontos á serem ajustados pois a minuta do TDR foi um misto de vários outros e algumas coisas precisam de ajustes como por exemplo a questão do prazo. Elivan Arantes - RESEX afirma ser importante esse feedback que a partir dele e das observações do grupo de trabalho ficará mais fácil corrigir o texto final do TDR. Marisol Pessanha – gestora da RESEX reafirma a importância da colaboração do grupo na leitura da minuta e nas observações. Tarcísio Quinamo da FUNDAJ declara que fez algumas observações que passará por e-mail. Considerando um avanço importante o TDR destacando sua preocupação com o perfil da instituição que poderá estar concorrendo ao edital destacando desconhecer instituições que tenham cinco anos de experiência com Plano de Manejo em Pernambuco. Elivan Arantes destaca que as colaborações deverão ser destacadas do corpo do texto com uma cor diferente para melhor identificação. Monica Rocha – CAIG, sugere uma mudança de texto ao invez vez de cinco anos comprovação de experiência em construção de Plano de Manejo. Tarcísio Quinamo - FUNDAJ destaca também a questão dos direitos autorais, clausula 12. Observando que instituições como Universidades ou até mesmo a FUNDAJ que possam colaborar com um produto para esse plano de manejo e não poderão publicar o seu próprio trabalho uma vez que a clausula destaca como propriedade do ICMBIO. Marisol Pessanha informa que não há impedimento, será preciso autorização para



publicação. Lembrando que o trabalho não é da entidade e sim da RESEX, pois ela estará prestando um serviço para o ICMBIO. Elivan Arantes – RESEX explica que a clausula em questão é colocada em todos os editais de Plano de Manejo como também em contratação de consultoria, é uma clausula padrão, todos esses editais dizem que o contratante é detentor dos dados. Mauricio Bandeira, representante da LAFARGE declara não achar pertinente a discursão neste momento pois há vários pontos a serem discutidos no TDR e sugere que se faça a leitura e sugestões para num segundo momento junto ao GT sejam analisadas todas as sugestões. Monica Rocha, representante da CAIG pede a palavra para destacar que a clausula citada não pode ser retirada pois fere a lei de licitação, destacando que na hora que se paga por um produto a propriedade do mesmo é do agente pagador. Laurineide Maria Santana, da CPP, pede a palavra para destacar que na minuta no ponto quatro das estratégias de execução não há a participação do GT, indagando se é preciso deixar claro nesta etapa a participação do GT. MarIsol Pessanha, gestora da RESEX esclarece que a partir da escolha da entidade ela vai trabalhar junto com o GT. Dando prosseguimento a pauta Elivan Arantes, analista da RESEX, passa a apresentar os projetos que estão sendo desenvolvidos na RESEX, destacando que foi criada no conselho uma comissão científica que analisa todas as solicitações de trabalhos de pesquisa dentro da RESEX. Informou que a comissão encontra-se com problemas: A representante da UFPB, Prof. Jane Torelli pediu para se desligar do conselho e a Universidade ainda não indicou substituto, o professor doutor Mario Barleta da UFPE que também integrava a comissão pediu que se fizesse um oficio o indicando para fazer parte desta comissão que foi feito porem o mesmo não tem dado as respostas necessárias. Sendo os outros membros; Elivan da RESEX, e Edjane Agostinho, da comunidade de São Loureço. Afirmou que há uma demanda de pedidos de projetos de pesquisa na RESEX sendo importante a articulação para análise e acompanhamento destes projetos. Em seguida foram apresentados através de slides os projetos: O primeiro projeto foi apresentado pela Fundação Apolônio Sales e a UFRPE com o objetivo de avaliar o potencial pesqueiro da Resex, descreveu seus objetivos específicos: o segundo projeto é de uma ong chamada de Cunhã - Coletivo Feminista e começou a ser analisado pela Petrobras em 2012, e só agora foi aprovado, tem como objetivo contribuir com o enfrentamento da pobreza e da melhoria de vida e das condições socioambientais das mulheres marisqueiras de Acau. Monica Rocha da CAIG - sugeriu que a comissão exigisse das entidades a obrigatoriedade de ao final do projeto enviar cópia do mesmo



para a RESEX criar seu banco de dados. Elivan Arantes – analista da RESEX informa que já é uma exigência do ICMBIO a apresentação de relatório pela entidade autorizada a fazer a pesquisa, sendo de aceso da RESEX e que está sendo alimentado um banco de dados. Marisol Pessanha – gestora da RESEX complementa informando que existe um termo de reciprocidade que determina essa obrigatoriedade. Dando continuidade à pauta, Foi apresentado vídeo do ICMBIO documentando o cadastramento de todas as famílias moradoras da RESEX. Destacou a importância deste trabalho e a quantidade de informações levantadas tecendo uma radiografia da RESEX, informando que em sessenta dias esses dados serão entregues tabulados e que esse diagnóstico vai ajudar no Plano de Manejo. Darlane B. C. Sá Rocha, representante do MPA/ PE indagou a possibilidade do acesso deste material antes da publicação. Elivan Arantes, analista RESEX informou que só após os sessenta dias a partir do envio dos dados para Viçosa. Edjane Agostinho, representante da comunidade de São Lourenço pediu a palavra para declarar que algumas pessoas não foram cadastradas por não utilizar a RESEX e que quando houver o cruzamento dos dados isto fique registrado. Elivan Arantes analista da RESEX corroborou a afirmação de Edjane declarando que o cadastro procurou identificar os moradores que utilizam a RESEX, dando como exemplo Tejucupapo onde foram identificados 368 pessoas, famílias que utilização a RESEX mas em Tejucupapo tem quase mil pescadores e que a maioria pescam em Itapessoca, portanto são pescadores mas não o utilizam os recursos da RESEX. Laurineide Santana, da CPP afirma ser importante ouvir as comunidades para saber o que eles pensam deste processo. Severina Maria de Souza, representante de São Lourenço declara que o pescador acha que por ser pescador tem os mesmos direitos mesmo não utilizando a reserva, não entendem que os direitos são para quem usa a reserva e que quando os conselheiros tentam explicar eles não compreendem. Amara Muniz Cardoso, da comunidade de Tejucupapo afirmou que houve confusão pelo fato de muitos pescadores terem carteira de pesca sem nunca ter ido na maré e são esses os que brigam mais pelo cadastramento. Afirmando que hoje tem muitos inimigos em Tejucupapo por causa deste cadastro. Declarando que donos de lojas tem carteira, donos de farmácia tem carteira e queriam se cadastrar e que está com medo de andar em Tejucupapo. Gilmarcos Ferreira de Lima, representante de Baldo do Rio, pede a palavra para declarar que a preocupação deles é com o bolsa verde por isso a insistência em se cadastrar. Explicou que na sua comunidade o cadastro não era para o bolsa verde. Marisol Pessanha propôs a articulação para uma reunião junto as



comunidades onde houve esse problema para esclarecimento da finalidade do cadastro. Darlane da Rocha, do MPA, pede a palavra para declarar que mesmo não trabalhando diretamente com RGP acredita ser este um ponto polêmico no MPA que é ciente de que há falhas. Que hoje o cidadão vai com a documentação, inclusive com o aval de uma colônia e o MPA não pode chegar a veracidade da informação e dizer que ele esta mentindo. Não dispondo de corpo técnico suficiente para verificar a veracidade das informações. Informando que se os representantes das comunidades sabem, há meios para se denunciar e assim o MPA a partir da denúncia ira ao local fazer a verificação, seria a sociedade exercendo seu controle social. Concorda que ninguém deve se expor mas que existem meios anônimos para tal. Elivam Arantes analista da RESEX indaga se o conselho pode fazer esse tipo de denúncia se é regimental. Jorge Ricardo, COMITE DE BACIA declara que sim através de encaminhamento a plenária. Gerusa da comunidade de Carne de Vaca, pede a palavra para declarar que no primeiro cadastro que foi feito em 2009 do INCRA foi feito pra todos os moradores das comunidades ai quando saiu o bolsa verde o comentário foi de que os que não foram contemplados seriam em um próximo cadastro. Quando chega este cadastro da RESEX houve a confusão e agora neste cadastro exigem a carteira de pescador causando mais confusão e ameaças declarando que os conselheiros é quem sofre a pressão, e finaliza afirmando que tenham cuidado com denúncias pois quem está exposto é o conselheiro, quem vai morrer é o conselheiro. Elivan Arantes, responde que não houve essa exigência de carteira de pescador e sim para quem pesca dentro da RESEX afirmando que o cadastro do INCRA foi falho e que a equipe da Resex foi em todas as comunidades para validar os nomes e este ano neste cadastro alguns conselheiros ficaram como ponto focal, eles indicavam quem eram as pessoas. Edjane da comunidade de São Loureço, pede a palavra para declarar que na sua comunidade também houve problemas chegando ameaça de agressão devido ao cadastramento. Sendo que alguns afirmaram que por ser a comunidade de povoação São Lourenço uma comunidade quilombola, todos teriam direito ao cadastro. Laurineide da CPP, pede a palavra para destacar que houve avanços no processo do cadastramento e que sobre a denúncia levantada na reunião com relação a carteira de pescador, o RGP, alertando que, sem redimir a responsabilidade das colônias, a nível de Brasil o Ministério da Pesca esta instrumentalizando politicamente a questão do RGP, existem problemas sérios no Brasil todo, tem denuncia, tem gente presa. Afirmando que tem que se denunciar também o ministério, as pessoas estão sendo coagidas a ser coniventes a se



MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE

BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.310-000 Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

filiar a uma agremiação política e a uma central sindical. Concluído ressaltando se há a demanda da denúncia ela deve ser ampliada existindo uma rede de interesses na questão do RGP. Edeburgo representante da comunidade de Carne de Vaca, pede a palavra para declarar que em sua comunidade não houveram grandes problemas a não ser o caso do proprietário do bar da balsa que quis fazer o cadastro, não havendo maiores problemas. André representante da comunidade do Baldo do Rio, pede a palavra para afirmar não teve problemas no cadastramento, que apesar de Goiana ser muito grande, a cadastradora foi orientada para deixar claro no formulário a função do entrevistado, que fez o cadastro de funcionários públicos por que eles também usam a reserva, que não teve maiores complicações e que foi reduzido muito o número de pessoas que não são pescadores. Declarando que quem não for beneficiário quando for feito o cruzamento dos dados, vai ser identificado. Severino da CPP destaca que na questão da construção do Perfil do beneficiário, veio muito junto da questão do Bolsa Verde, a confusão foi devido aos critérios serem semelhantes e a proximidade dos dois cadastros, que acabaram se confundindo. Que Seria necessário uma discussão mais ampla nas comunidades sobre o que é ser beneficiário do Bolsa Verde e beneficiário e usuário da RESEX. Destacando que aqui a questão do Bolsa Verde está muito visada diferente de outras comunidades visitadas pela CPP onde este cadastro não gerou grandes polemicas sendo necessário desmistificar este mal entendido. Destaca também sobre a possível denúncia ao Ministério da Pesca sobre a RGP, é preciso ter muito cuidado pois e muito mais fácil provar que é pescador do que provar que não é pescador. Citando caso de comunidades que tomaram a iniciativa de cadastrar os pescadores e enviar ao MPA e depois os próprios funcionários do MPA incentivaram os que não fizeram o RGP a se cadastrar, criando uma associação para continuar com RGP e ter acesso ao seguro. Finalizando declarou que é preciso muita cautela para não prejudicar a comunidade promovendo divisões na comunidade. Severina de São Lourenço pede a palavra para ressaltar sua preocupação com os pescadores que usam a reserva e deles não serem todos incluídos mas que graças a Deus todos foram cadastrados, mas que também foi agredida verbalmente por alguns moradores, por ter indicado os pescadores. Afirmando que o MPA pode ter suas falhas mas regularizou muitas carteiras na comunidade de Povoação São Lourenço. Amara Muniz representante de Tejucupapo, esclareceu que em sua comunidade por ser dois rios utilizados para a pesca, tanto o Megaó que faz parte da Resex como o Itapessoca que está fora dos limites da Resex, mas que o maior problema era com os moradores que não eram pescadores, que



queriam se cadastrar, mas que no geral foi tranquilo o processo de cadastramento na comunidade. A professora Solange Coutinho da UPE pediu a palavra para questionar ao servidor Elivan da Resex se os 1463 questionários foram validados ou se refere a todos os questionários feitos, foi esclarecido que se trata dos questionários aplicados em todas as comunidades da Resex e que os dados ainda não foram tratados para que se saiba quem são os beneficiários da Resex. O servidor Elivan, pediu para continuar a apresentar o último projeto realizado na Resex pela Escola Mangue, com uma intervenção de plantio de mudas de mangue para recuperação da áreas degradadas. Foi feito um trabalho em conjunto com o plantio de 5 mil mudas onde as mudas foram produzidas na colônia de pesca de Baldo do Rio. Segundo o servidor Elivan, em sua avaliação a atividade não foi satisfatória considerando que houve o deslocamento da equipe com viatura, material como coletes salva-vidas, etc, garantindo o acontecimento da ação e no entanto não houve nenhum registro oficial da ação pela instituição proponente, pois não apresentou seus relatórios até o momento, e que para a Resex não é interessante. O conselheiro Jorge Ricardo pediu a palavra em defesa da ação da Escola Mangue, considerou que todos os custos foram bancados pela Escola mangue e que a proposta era apenas o plantio de mudas de mangue, mesmo sem a apresentação dos relatórios a ação de plantio foi válida. A Conselheira Laurineide da CPP, disse ter tomado conhecimento que o projeto da Escola mangue estava em vários municípios do Estado, mas que desconhecia as ações do projeto, E que havia visto na escola de Carne de Vaca muitas mudas de mangue secas, meio abandonadas, e que apesar da proposta de trabalhar com jovens ser muito importante no momento atual, talvez eles precisassem ser mais organizados. Questionou o monitoramento desse plantio, como estaria sendo feito. O representante da CPP, Severino, falou que conhece o trabalho da Escola mangue e que a representante Luciana Silva faz parte da Rede Mangue Brasil e que desde o início eles tem tido dificuldades com a Escola mangue por conta do jeito de trabalhar da Escola. Havendo alguns embates no litoral sul por falta de clareza na apresentação dos trabalhos daquela entidade. Na sequência a professora Solange da UPE, destaca a importância a respeito dos projetos apresentados, considerando os diversos tipos de projetos, sendo de pesquisa, de ação e de intervenção, com teses, monografias e TCC, nesse sentido entende que a comissão deve ser consultiva, não podendo ser deliberativa, considerando a visão dos projetos apresentados, que para nas ações educativas deve haver maior controle para que não haja o descrédito da comunidade em relação a Unidade. O representante de Carne de Vaca,



Senhor Edeburgo, corroborou seu posicionamento contrário a atuação da Escola mangue, dando exemplo de alguns acontecimentos negativos ocorridos na comunidade de Carne de Vaca. Monica Rocha, representante da CAIG, questionou a necessidade do conselho comunicar a Petrobrás, patrocinadora do projeto Escola Mangue, relatando as ausências ou a má condução do projeto executado pela Escola Mangue. Após algumas considerações a respeito do tema foi passado ao próximo ponto de pauta, a restruturação da comissão de pesquisa, considerando três membros do conselho. Ficou composto da seguinte maneira; a conselheira Edjane Agostinho, representante da comunidade de Povoação São Lourenço, Darlany da Rocha, representante do Ministério da Pesca/PE, a professora Solange Coutinho da UPE a convite do conselho da Resex e sob a coordenação do Servidor Elivan Arantes. A presidente do conselho, lembrou que no ano passado havia sido acordado que cada instituição que fazia parte do conselho iria se apresentar, por diversos motivos isso não aconteceu, propôs então que fosse refeita a agenda de apresentações das instituições membro do conselho. A representante do MPA/PE, Darlany da Rocha, falou a respeito da situação de indecisão de sua instituição e da falta de certeza de sua participação ou não, a presidente informou que havia conversado com a então superintendente a Sr^a. Isabella e que a mesma confirmou a participação do MPA nas reuniões. O conselheiro André Figueiredo, representante da Bramex, solicitou que fosse encaminhado a todos os membros do conselho uma lista com os nomes e contatos de todos os conselheiros da Resex, na sequencia o conselheiro Jorge Ricardo fez menção do Regimento Interno, em seu capítulo que trata da eleição ou renovação dos conselheiros, explicou o processo onde gerou algumas dúvidas, A representante da comunidade de Povoação São Lourenço, Edjane Agostinho questionou o percentual de pessoas a votarem nos seus representantes, considerando que na eleição passada foi dito que seria preciso de 40% dos associados da Colônia, foi explicado que de acordo com a lista oficial de beneficiários da Resex na comunidade, seria feita a reunião onde esses beneficiários iriam eleger seus representantes. A representante da SUDEMA, Verônica Silva, sugere que na próxima reunião, que ocorrerá em agosto, seja feita a eleição dos novos membros considerando que os mandatos terminam em novembro e que na reunião de dezembro esses novos membros já devem ter sido eleitos. Dando prosseguimento, Marisol Pessanha, gestora da RESEX, informa da saída do representante do Comitê de Bacia o Sr. Luiz Henrique para em seu lugar entrar Jorge Ricardo como representante do Comitê e a entrada do Sr. Pedro Martins para ocupar o lugar de Jorge Ricardo como representante da



INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE RESERVA EXTRATIVISTA ACAU-GOIANA/PB/PE
BR 230, Km 10 – Bairro Renascer Cabedelo-PB CEP: 58.310-000

Prefeitura de Goiana. André da BRAMEX solicita a relação atualizada dos atuais conselheiros. Sem mais o que declarar foi encerrada a reunião e eu Jorge Ricardo, secretário executivo lavro a presente ata,

Telefone (83) 3245 2847 ramal 237 ou 3245 2171

Goiana 16 de abril de 2014.